Por que se escrevia história? Sobre a justificação da historiografia no mundo ocidental pré-moderno

Arthur Assis

A teoria exemplar da história

Há mais de dois mil anos, no século I a.C., o historiador grego Diodoro Sículo teve por bem introduzir no prefácio da sua *Biblioteca histórica* – uma das primeiras histórias universais de que se tem notícia – uma espécie de catálogo no qual listou todos os possíveis usos da história que lhe ocorreram. De acordo com ele, as histórias rememoram os feitos dos grandes vultos do passado, providenciando assim os modelos a serem imitados pelos seres humanos do presente; histórias multiplicam a experiência possuída pelos mais velhos, transmitindo-a, ademais, aos mais novos; histórias qualificam os cidadãos para a vida política; histórias estimulam o patriotismo das classes militares, ao oferecerem-lhes a esperança do louvor futuro; por fim, as histórias ameaçam as pessoas de má índole com a possibilidade do opróbrio, dissuadindo-as da prática de maus atos.[1] Pode-se

1. Nadel, George H. Philosophy of History before Historicism. In: *History and Theory*, v. 3, n. 3, p. 291-315 (p. 301-302), 1964.

dizer que os argumentos de Diodoro acerca da finalidade dos relatos históricos fazem parte de uma teoria exemplar da história. Teorias exemplares são aquelas que afirmam ser a tarefa fundamental dos historiadores extrair do passado um tipo particular de ferramenta didática imediatamente aplicável a qualquer circunstância temporal: exemplos históricos.

Uma das coisas mais impressionantes acerca do catálogo de funções composto por Diodoro é a quantidade dos séculos ao longo dos quais reteve validade. Até pelo menos a segunda metade do século XVIII, ninguém ousou questionar seriamente a noção de que as histórias se escrevem sob o propósito expresso de promover virtudes morais e/ou políticas, e de desencorajar vícios. Os historiadores que, ao longo dos séculos, atribuíam uma função exemplar aos seus escritos não se interessavam primariamente nem pelo progresso do conhecimento acerca do passado humano, nem em suscitar no seu público mero prazer estético. Em vez disso, pretendiam, antes de mais nada, influenciar diretamente as decisões e a conduta prática dos seus leitores. No contexto da teoria exemplar da história pressuposta por tais autores, o papel do historiador seria, assim, trazer à tona casos pretéritos de comportamento moral e imoral, de maneira a reforçar a moralidade e a astúcia política do público destinatário das histórias.

O padrão exemplar de justificação da historiografia não é, de maneira alguma, uma singularidade da história do pensamento histórico ocidental. Também, por exemplo, os antigos historiadores chineses – os quais, a propósito, costumeiramente acumulavam a função de astrônomos, tendo de registrar, assim, tanto os acontecimentos celestes quanto os terrestres – escreviam histórias com a

finalidade expressa de fornecer orientação prática aos governantes.[2] Em todo caso, na história da historiografia ocidental, o hábito de pensar e falar dos historiadores como fornecedores de modelos de ação ao presente foi bastante comum entre elites intelectuais antigas, medievais e modernas. Naturalmente, ao longo dos mais de vinte séculos que separam os clássicos gregos dos intelectuais da era do Iluminismo, e no vasto espaço compreendido pelo geral e controverso conceito de *Ocidente*, narrativas históricas encerraram muito mais do que meramente exemplos de ação prática. Outrossim, no plano da reflexão acerca da natureza e da função da historiografia, a diversidade dos argumentos apresentados num período tão vasto certamente impõe fortes dificuldades a qualquer abordagem generalizadora. Não obstante, a continuidade e a frequência dos argumentos exemplares ao longo dos séculos permanece um fato impressionante.

Inumeráveis autores antigos, medievais e modernos concordaram ou concordariam com a definição de Dionísio de Halicarnasso (século I a.C.), segundo o qual história nada mais é senão "filosofia ensinando através de exemplos". Todavia, ao longo da antiguidade clássica, a premissa de que a elevação moral (ou política) do agir humano se faz mediante a sua orientação por exemplos históricos manteve-se em franca oposição ao que mais convencionalmente se designa tradição filosófica. Nos textos de Platão (c. 430 a.C. - c. 350 a.C.), por exemplo, é aos preceitos filosóficos – e não aos exemplos

2. Corradini, Piero. History and Historiography in China. In: *The East and the Meaning of History*. Proceedings of the International Conference, 23-17 nov. 1992. Roma: Bardi, 1994. p. 425-434 (p. 427-428).

históricos – que cumpre a tarefa da educação moral e política. A historiografia exemplar encontrava-se assim num certo antagonismo em relação à filosofia. Tanto esta quanto aquela se propunham influenciar e incrementar a vida cívica, mas divergiam seriamente quanto aos meios didáticos mais apropriados para tal.[3]

As raízes da teoria exemplar da história não estão fincadas na tradição filosófica, mas, antes, na tradição da retórica. Isócrates (436-338 a.C.), um contemporâneo de Platão, foi um dos influentes retóricos gregos antigos para quem a finalidade suprema da educação era formar cidadãos aptos a falar e agir apropriadamente na arena política. De acordo com ele, tal meta se ajusta muito melhor a um saber prático diretamente ligado à experiência do que ao saber teórico privilegiado pela tradição platônica.[4] Nos séculos subsequentes, os filósofos estoicos adotariam uma atitude bastante similar a essa, privilegiado a reflexão ligada à experiência prática em detrimento da especulação filosófica.[5] No que se refere aos historiadores gregos, é de se notar que argumentos exemplares não são muito frequentes nem na obra de Heródoto nem na de Tucídides (século V a.C., ambos). Todavia, o mesmo não se pode dizer de Políbio (século II a.C.), um autor que, a propósito, foi bastante influenciado pela tradição estoica. O escrito mais importante de Políbio, as *Histórias*, reconstrói a ascensão de Roma como potência mundial, cobrindo o período de 264 a 146 a.C. No trecho inicial

3. Nadel, op. cit., p. 294-298.
4. Dobson, J. F. Isocrates. In: *The Greek Orators*. London: Methuen and Co., 1919. p. 126-159 (p. 143).
5. Nadel, op. cit., p. 294.

do mencionado texto, Políbio lembra que o tema sobre o qual escreve deveria ser universalmente reconhecido como interessante, e afirma estar por isso dispensado de fornecer maiores justificativas. Em seguida, ao passar a considerar a questão geral da importância das histórias, ele repete esse mesmo padrão de argumentação. Políbio sentia que autores anteriores já haviam fixado que, "[...] no seu sentido mais verdadeiro, o estudo da história dispõe de caráter educativo, correspondendo a um treinamento para a vida política." Para ele, histórias sempre encontram uma aplicação direta na vida prática, e especialmente na política. Por conseguinte, o historiador deve ser um homem de ação, e a história deve ser escrita tendo em vista a instrução dos governantes e dos atores políticos. Políbio também enfatizou o caráter exemplar do tipo de treinamento político oferecido pelas histórias. Ele mencionou que as histórias rememoram as "catástrofes dos outros", isto é, transmitem exemplos de malfeitos políticos que servem de advertência e instrução negativa aos leitores.[6]

Também os antigos historiadores romanos tendiam a atribuir às suas histórias essa mesma função de colecionar e transmitir os exemplos nos quais se baseava a educação política. A autoimagem de superioridade que era bastante típica da cultura romana amparava-se largamente no recurso a exemplos históricos. Historiadores como Tito Lívio (século I a.C.) e Tácito (século I) tiveram por tema principal acontecimentos políticos e militares relacionados

6. Políbio. Introduction. In: *Histories*. Traduzido por Evelyn S. Shuckburgh. London; New York: Macmillan, 1889. p. 1. Disponível em: <http://www.perseus.tufts.edu/cgi-bin/ptext?lookup=Plb.+1.1>.

com a ascensão e a expansão de Roma. Nas suas narrativas, os acontecimentos que marcaram os triunfos romanos são, muitas vezes, apresentados como exemplo das virtudes dos soldados e chefes militares de Roma, e da superioridade e sabedoria dos seus homens de Estado.[7]

Já se mencionou que, na Antiguidade, bem como na maior parte das constelações culturais pré-modernas, a historiografia era uma atividade subordinada a um campo maior de saberes, nomeadamente, ao da retórica. Assim, não é de se estranhar que Cícero (século I a.C.), um retórico que, propriamente falando, jamais escreveu um texto de história, tenha sido o autor que mais profundamente marcou discurso subsequente acerca da natureza e da função da historiografia. De longe, a citação de Cícero que mais se repetiu ao longo dos séculos nos quais vigeu a teoria exemplar da história foi a passagem extraída de *Do orador*, na qual ele, ao lembrar a importância da história para o bom orador, atribuiu à história o papel de *magistra vitae*.[8] Essa formulação situa o efeito da historiografia antes no plano geral da moral que na dimensão específica da política. Ao longo da Idade Média e da Alta Idade Moderna, tal metáfora tornar-se-ia um postulado recorrente tanto em reflexões gerais acerca da história quanto em justificativas de obras históricas particulares. A sua difusão e frequência ajudou,

7. Meier, Christian. Geschichte, Historie: Antike. In: *Geschichtliche Grundbegriffe*. Historisches Lexikon zur politisch-sozialen Sprache in Deutschland, Band 2. Editado por Otto Brunner et al. Stuttgart: Klett-Cotta, 1979. p. 595-610 (p. 606).

8. Cícero, Marcus Tullius. De oratore (Livro 2, §36). In: *M. Tulli Ciceronis Rhetorica*. Editado por A. S. Wilkins. Oxford: Clarendon, 1902. Disponível em: <http://www.perseus.tufts.edu/cgi-bin/ptext?lookup=Cic.+de+Orat.+2.36>.

assim, a contrabalançar a visão mais política da função exemplar da história, que havia sido introduzida pelos escritos de Políbio e de outros historiadores clássicos.

Essa ênfase antes moral que política marcaria o pensamento histórico medieval, o qual, em linhas bem gerais, se caracterizou pela justaposição da justificação exemplar da historiografia ao conceito providencialista de história que se extraiu da cosmogonia cristã. A historiografia continuou a ser definida por muitos autores medievais como um repositório de exemplos de ação prática, mas a função mais importante que se lhe atribuía então era a de transmitir exemplos do poder divino.[9] Isidoro de Sevilha (século VII), por exemplo, nas suas *Etimologias*, reconheceu que boa parte da historiografia pagã ainda era de grande valia para a cristandade, lembrando que, "[...] nas suas histórias, vários sábios [pagãos] haviam registrado feitos pretéritos de modo a instruir o presente."[10] Como se vê, a ideia de que as histórias são capazes de instruir o presente parafraseia aqui a famosa fórmula de Cícero, testemunhando arranjos entre este *topos* clássico e a visão cristã de história. Ao longo da Idade Média e mesmo depois desta, o discurso acerca das funções da historiografia distinguir-se-ia por arranjos similares. É interessante como tais arranjos se transfeririam até mesmo para interpretações protestantes da história universal. David Kochhafe (Chytraeus)

9. Gilbert, Felix. *Machiavelli and Guicciardini*. Politics and History in Sixteenth Century Florence. Princeton: Princeton University Press, 1973. p. 217-218.

10. Sevilha, Isidoro de. The Etymologies (Excertos; Livro 1, Capítulos 40-44). In: *An Encyclopedist of the Dark Ages*. Isidore of Seville. Editado por Ernest Brehaut. New York: Columbia University, 1912. p. 62. Disponível em: <http://bestiary.ca/etexts/brehaut1912/brehaut1912.htm>.

(1530-1600), teólogo e historiador luterano (século XVI), por exemplo, defendeu, no seu tratado sobre a arte da história, que das histórias se podem extrair ensinamentos, pois elas mostram como o bom comportamento sempre é recompensado e como sempre se recebe castigo pelos maus atos.[11]

Contudo, durante a Idade Média, o discurso acerca da história manteve-se assaz subordinado à autoridade religiosa, e a historiografia, espremida entre a retórica e a teologia, esteve longe de ser um gênero literário autônomo. Essa situação somente se começou a alterar no século XV, quando em algumas cidades italianas se passou a cultivar uma tradição historiográfica relativamente secular.[12] O tipo de historiografia que os humanistas italianos dessa época passaram a cultivar e espalhar pela Europa privilegiava temas mundanos como a história de cidades e de guerras particulares. Preferindo os eventos políticos e emulando o estilo dos historiadores da antiguidade clássica – Lívio e Salústio (século I a.C.) sobretudo[13] –, os historiadores humanistas conferiram novo fôlego à teoria exemplar da história, parcialmente libertando-a da sua subordinação à concepção cristã de história.

Uma das novidades historiográficas mais importantes desse período foram as histórias de cidades que se escreveram especialmente em e sobre Florença, e algumas outras cidades italianas. Narrativas como as escritas por Leonardo Bruni (1369-1444) e seus

11. Blanke, Horst Walter. *Historiographiegeschichte als Historik.* Stuttgart: Frommann-Holzboog, 1991. p. 91.

12. Gilbert, op. cit., 1973, p. 203.

13. Gilbert, op. cit., 1973, p. 209.

seguidores incorporavam expressamente a intenção de propagar ao mundo exterior imagens da grandeza das cidades e nações que biografaram. Destarte, as suas histórias desempenhavam uma função exemplar que era concebida em termos antes morais que políticos.[14] Estavam – para repetir a comparação – mais próximos da noção de *magistra vitae* formulada por Cícero do que da ideia do estudo histórico como um treinamento para a ação política, proposta por Políbio. Todavia, no século XVI, acadêmicos florentinos, como Nicolau Maquiavel (1469-1527) e Francesco Guicciardini (1483-1540), revitalizaram a definição de Políbio, refazendo a ligação direta entre história e política. O propósito agora emprestado aos textos históricos era muito menos retórico e muito mais específico do que no século anterior. Com efeito, Maquiavel, Guicciardini e outros dos seus contemporâneos sustentavam que a história possuía, sim, uma tarefa didática, mas concebiam-na em termos essencialmente políticos. Acreditavam, assim, que as histórias deveriam instruir os seres humanos quanto ao seu comportamento político e ao funcionamento das instituições. Viam no estudo da história uma maneira de enriquecer a arte de governar; tomavam a história por um equivalente da teoria do Estado.[15]

A *Historia de Florença*, publicada por Maquiavel entre 1520 e 1525, testemunha bem a transição daquela retórica geral do aperfeiçoamento moral para o senso mais específico de que a história

14. Fueter, Eduard. *Geschichte der neueren Historiographie.* 3. ed. Editado por Dietrich Gerhard & Paul Sattler. München, Berlin: R. Oldenburg, 1936. p. 12. (Reimpresso por Johnson Reprint Corporation, New York / London, 1968).

15. Fueter, op. cit., p. 58-59.

ilustra as leis da política. Numa passagem do livro, ao tratar das vicissitudes gerais dos impérios, Maquiavel menciona que líderes políticos e militares imprudentes, covardes e impatrióticos frequentemente fazem uso de artifícios, da mentira e da astúcia de modo a construírem uma reputação que nunca lhes foi merecida. O autor arremata seu comentário lembrando que, quando se tomam tais farsas como objeto da consideração histórica, pode-se adquirir um tipo de conhecimento que "[...] não será menos útil do que o conhecimento da história antiga, pois se este excita a mente liberal à imitação, aquele revelará o que se deve evitar e desacreditar."[16] Outro caso a ilustrar essa virada historiográfica em direção aos exemplos políticos é o da história romana publicada em 1545 pelo espanhol Pero Mexia (1497-1551), autor que justificou o seu empreendimento com o argumento secular de que as histórias confrontam reis e príncipes do presente com os feitos de governantes pretéritos. "Nas histórias" – argumenta ele – "reis e príncipes encontram outros monarcas com quem competir em virtudes e excelências, além de maus monarcas, cujos costumes se devem evitar e cujos fins e famas ensinam o que não se deve fazer."[17]

Como se vê, tanto na Antiguidade quanto na Alta Idade Moderna, os historiadores tinham por hábito externar as suas opiniões acerca do valor dos seus trabalhos e do significado geral da história

16. Maquiavel, Niccolò. *History of Florence* (Livro V, Capítulo 1). New York: The Colonial Press, 1901. p. 223-231 (p. 227). Disponível em: <http://books.google.com/books?id=q-gXH2bioqcC&ie=ISO-8859-1>.

17. Mexía, Pero. Introdución. In: *Historia imperial y cesárea: en la que en suma se contiene las vidas y hechos de todos los césares emperadores de Roma*. Sevilla: Sebastian Trugillo, 1545. p. i-ii (p. ii).

em prefácios e comentários introdutórios. Para confirmar ou reforçar os próprios argumentos a respeito da função das histórias, era bastante comum que se lançasse mão da opinião de autoridades do mundo clássico, em especial, Cícero, Políbio e Lívio.[18] No geral, os historiadores dessa época estavam convencidos da validade da justificação clássica da historiografia, tendo somente elaborado variações dos antigos *topoi* da teoria exemplar da história, sem lhes interpor transformações radicais. Por conseguinte, não é absurdo sustentar que, na Alta Idade Moderna, o discurso prevalecente acerca da história se manteve numa forte relação de continuidade com o seu equivalente clássico. Sebastián Fox Morcillo (c. 1525 - c. 1560) documenta-o de maneira bastante clara. De acordo com ele, não se deveria negligenciar nenhum evento, nem mesmo o mais rude ou desagradável, quando dele se pudesse extrair um exemplo benéfico à humanidade.[19]

Somente no final do século XVII, no contexto da chamada *Querela dos antigos e dos modernos*, é que a autoridade dos historiadores clássicos foi frontal e sistematicamente questionada, e, com isso, abriu-se enfim campo para a crítica das ideias desses historiadores acerca da função exemplar da história. Porém, a teoria exemplar da história manter-se-ia enquanto forma predominante de justificação da historiografia pelo menos até o século XVIII

18. É interessante lembrar que quase todos os textos historiográficos clássicos atualmente à nossa disposição já se encontravam disponíveis aos intelectuais dos séculos XV e XVI. Ademais, no século XVII, boa parte de tais textos já havia sido traduzida a idiomas vernaculares. Quanto a isso, ver: Nadel, op. cit., p. 304.

19. Citado por: Reynolds, Beatrice. Shifting Currents in Historical Criticism. *Journal of the History of Ideas*, v. 14, n. 4, p. 471-492 (p. 483-484), 1953.

tardio, de modo que figuras centrais da era do iluminismo ainda recorreriam a argumentos exemplares nas suas considerações históricas. Na Inglaterra, Lord Bolingbroke (1678-1751), nas suas *Cartas sobre o estudo e a utilidade da história*, escritas em 1735, finalizou um ataque à erudição histórica mencionando que a curiosidade somente deveria ser relacionada ao conhecimento humano como um meio e não como um fim em si mesmo. De acordo com ele, a história deveria servir ao propósito prático do aperfeiçoamento das virtudes públicas e privadas; ela dever-nos-ia fazer "melhores seres humanos e cidadãos". Quando desconsiderar tal propósito, mesmo a investigação histórica mais cuidadosa "[...] somente será, na melhor das hipóteses, um tipo engenhoso de ócio [...]; e todo o conhecimento através dela adquirido nada mais será senão um tipo crível de ignorância."[20] Mais adiante, Bolingbroke explicita os seus próprios vínculos com a tradição intelectual aqui discutida, argumentando pela conveniência de uma pedagogia baseada em exemplos e contrariamente ao recurso aos preceitos filosóficos:

> Tamanha é a imperfeição do entendimento humano [...] que proposições gerais e abstratas, mesmo que verdadeiras, se nos parecem obscuras e duvidáveis, até que sejam explicadas por exemplos; e que as mais sábias lições de virtude dificilmente convencem o juízo e determinam a vontade a não ser que sejam executadas através daqueles meios.[21]

20. Bolingbroke, Lord (Henry St-John). Letters I-II. In: *Letters on the Study and Use of History*. 8. ed. Basil: J. J. Tourneisen, 1791. p. 1-31 (p. 9).
21. Bolingbroke, Lord (Henry St-John). Letters I-II. In: *Letters on the Study and Use of History*. 8. ed. Basil: J. J. Tourneisen, 1791. p. 1-31 (p. 10).

Na França, encontra-se a teoria exemplar da história, por exemplo, entre os pressupostos do pensamento histórico de Voltaire (1694-1778). Em 1763, ao comentar o seu próprio *Ensaio sobre os costumes e o espírito das nações* (1756), ele mencionou não ter, na obra, ressaltado os horrores que, para ele, haviam acompanhado a história da humanidade até então. De acordo com Voltaire, tal deveria ser a tarefa não do seu ensaio geral mas, antes, dos relatos particulares acerca dos eventos históricos, os quais deveriam apresentar os pormenores dos crimes humanos "de modo a que estes não mais fossem cometidos".[22]

Até a segunda metade do século XVIII, somente muito poucos historiadores estiveram preocupados em contestar a ideia de que a sua tarefa cultural era contribuir para a educação moral e/ou política através do registro e da gestão dos exemplos históricos.[23] Contudo, no decurso dos processos correlatos de modernização do pensamento histórico e institucionalização da disciplina histórica, os quais tiveram lugar ao longo dos séculos mais recentes da história da historiografia, apareceram pouco a pouco demandas pela redefinição da questão da função da história.

22. Citado por: Muhlack, Ulrich. *Geschichtswissenschaft im Humanismus und in der Aufklärung*. Die Vorgeschichte des Historismus. München: C. H. Beck, 1991. p. 46.
23. Blanke, Horst Walter. Aufklärungshistorie und Historismus: Bruch und Kontinuität. In: *Historismus in den Kulturwissenschaften*: Geschichtskonzepte, historische Einschätzungen, Grundlagenprobleme. Editado por Otto Gerhard Oexle e Jörn Rüsen. Köln. Weimar, Wien: Böhlau, 1996. p. 69-98 (p. 73, 86); Koselleck, Reinhart. *Vergangene Zukunft*: Zur Semantik geschichtlicher Zeiten. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2003a. p. 38-66.

Exemplaridade X Método

As primeiras manifestações de crítica relativa à teoria exemplar da história como fonte primaz de justificação da historiografia estiveram associadas à emergência do chamado método histórico--filológico, fenômeno cuja história remonta, pelo menos, ao século XV. A filologia clássica foi a tradição intelectual que se converteu no paradigma da pesquisa e análise de fontes primárias durante a era do humanismo. Em termos gerais, os humanistas dos séculos XV e XVI, cultivavam o ideal de, mediante pesquisa filológica e histórica, revitalizar a antiguidade clássica. Para tal, eles propunham a reabilitação dos antigos clássicos mediante uma reintepretação que os purgasse dos significados que lhes haviam sido atribuídos durante a Idade Média. Foi esta a atitude geral que inspirou os acadêmicos humanistas a renovarem os esforços de pesquisa do material relacionado com as culturas clássicas, e a editarem, reeditarem e comentarem textos clássicos.[24]

O método desenvolvido pelos filólogos clássicos seria rapidamente adaptado por outros campos do conhecimento. Ainda no século XV, com a emergência da arqueologia, a atitude metódico--crítica em relação aos testemunhos escritos do passado clássico seria estendida também aos seus vestígios materiais. Outras disciplinas como a jurisprudência, a história da igreja, e, pouco depois, até mesmo a teologia também não tardariam a desenvolver uma abordagem metódica para o tratamento dos seus respectivos textos canônicos, a saber, os códigos do direito romano, os escritos dos

24. Muhlack, op. cit., p. 352-353.

patriarcas da igreja e a Bíblia.[25] O desenvolvimento de novos métodos para a pesquisa de fontes favoreceu amplamente o progresso da erudição histórica ao longo dos séculos XVI e XVII. Boa parte de tal progresso deveu-se a esforços de investigação despendidos no campo da história eclesiástica e da hagiografia, que culminaram com a produção de anais e coleções de documentos que permaneceriam obras de referência por séculos a fio.[26] Além disso, também se publicaram ao longo do mencionado período diversas coleções de leis, documentos políticos e textos literários medievais, especialmente na Alemanha e na França. Ademais, em meados do século XVII, já se encontravam bastante desenvolvidas quase todas as disciplinas a que os historiadores se refeririam futuramente como as suas "ciências auxiliares" – disciplinas como a numismática, a epigrafia, a paleografia, a diplomática, entre outras. Todos esses avanços concorreram fortemente para estimular o estabelecimento de um *corpus* literário, do qual, pela primeira vez, história e historiografia eram temas centrais; com tais tratados inicia-se o processo de emancipação da história ante a retórica.[27]

A nova atitude crítica perante as fontes históricas e o alargado fluxo de informações resultante tanto das novas edições de documentos quanto, no geral, da difusão da tipografia não deixaram de

25. Muhlack, op. cit., p. 368.

26. Butterfield, Herbert. History of Historiography. In: *Dictionary of the History of Ideas*: Studies of Selected Pivotal Ideas. Editado por Philip Wiener. New York: Charles Scribner's Sons, 1974. p. 465-498 (p. 486-487). v. 2. Disponível em: <http://etext.virginia.edu/cgi-local/DHI/dhiana.cgi?id=dv2-53>.

27. Witschi-Bernz, Astrid. Main Trends in Historical-Method Literature: Sixteenth to Eighteenth Centuries. In: *History and Theory*. Beiheft 12: Bibliography of Works in the Philosophy of History, 1500-1800. [S.l.]: [s.n.], 1972. p. 51-90 (p. 52). v. 12.

influenciar a historiografia política – uma prática intelectual que já se encontrava fortemente inter-relacionada com a filologia, a arqueologia, a teologia e a jurisprudência. No campo da historiografia, um dos mais notáveis impactos exercidos pelo método crítico foi uma certa desestabilização da autoridade dos historiadores clássicos. Em geral, os historiadores da época do humanismo caracterizavam-se por um método de trabalho bastante distinto do de seus colegas de hoje. Sobretudo aqueles que lidavam com a história da Antiguidade costumavam escrever narrativas baseadas em textos legados pelos historiadores clássicos. Para os historiadores humanistas, portanto, a crítica das fontes coloca-se como um problema somente à medida que se há de estabelecer qual dos relatos clássicos é o mais fiável. Todavia, uma vez que se chega a uma decisão quanto a esse ponto, a escrita da história passa, basicamente, a se resumir à recriação da narrativa de um único historiador clássico. Contudo, graças à nova atitude crítica ante as fontes, o método tradicional dos historiadores tornou-se cada vez mais problemático ao longo da Alta Idade Moderna. O confronto entre historiadores tradicionais e especialistas na pesquisa de fontes primárias somente se radicalizaria ao final do século XVII, mas Lorenzo Valla (c. 1407-1457) já se havia nele imiscuído quando demostrara a existência de erros factuais na narrativa de Lívio acerca da história romana.[28] Críticas, como a iniciada por Valla, estiveram longe de abolir de uma vez por todas a influência da retórica sobre a historiografia, mas certamente contribuíram para tornar os historiadores mais cautelosos no uso das suas

28. Fryde, E. B. *Humanism and Renaissance Historiography*. London: The Hambledon, 1983. p. 17-18.

fontes historiográficas. Daí por diante, começar-se-ia a relativizar a autoridade dos registros historiográficos clássicos, sobretudo os relacionados com a história de cidades e nações.[29]

Em todo caso, na Alta Idade Moderna, o esforço mais bem-sucedido de incorporação do método crítico à prática da historiografia foi o materializado pelos autores das chamadas *artes historicae*[30] – um gênero de textos teóricos que pode ser visto como precursor da moderna teoria da história.[31] Na sua variante mais convencional, os tratados sobre a arte histórica expõem os princípios que regulam a produção de textos históricos, tratando de temas como a especificidade da historiografia entre os demais gêneros literários, o caráter de autoridade atribuído à historiografia clássica, a maneira apropriada de apresentar a história e de narrar os eventos, a conveniência do recurso ao discurso direto (dos personagens mencionados pelo texto), o estilo adequado de escrita

29. Butterfield, 1974, p. 484.

30. As raízes dos tratados acerca da arte da história situam-se na antiguidade clássica; os seus primeiros exemplares foram escritos e publicados no século XV. Por volta da metade do século XVI, entretanto, esta tradição literária já se encontrava razoavelmente estabelecida, o que se depreende da coletânea intitulada *O Tesouro da arte histórica* (*Artis Historicae Penus*) (1579), a qual se deveu à iniciativa do jurista Johannes Wolf. Este livro compõe-se de dezesseis tratados modernos, bem como de dois textos clássicos. Para análises detalhadas dos tratados, cf. Grafton, Anthony. *What was History*? The Art of History in Early Modern Europe. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 2007; Landfester, Rüdiger. *Historia Magistra Vitae*: Untersuchungen zur humanistischen Geschichtstheorie des 14. bis 16. Jahrhunderts. Genève: Librairie Droz, 1972; Reynolds, op. cit.; Witschi-Bernz, op. cit.

31. Hedinger, H.-W. Historik, ars historica. In: *Historisches Wörterbuch der Philosophie*, Band 3. Editado por Joachim Ritter. Basel, Stuttgart: Schwabe & Co., 1974. p. 1131-1138 (p. 1132).

etc. Contudo, por outro lado, algumas das *artes historicae*, como as que foram escritas por François Baudouin (1520-1573), Jean Bodin (1530-1596) e Francesco Patrizi (1529-1597), registram um claro enfoque hermenêutico e uma quase surpreendente ênfase sobre a dimensão da recepção dos textos históricos. Tais textos ocupam-se, assim, antes dos princípios diretores da leitura dos textos históricos que dos cânones regulativos da escrita eficaz.[32] Anthony Grafton, autor que recentemente publicou um livro bastante esclarecedor acerca do tema, argumenta que as *artes historicae* deste segundo tipo representaram uma tentativa de conciliar a atitude metódica típica das investigações filológicas e arqueológicas com elementos da velha teoria exemplar da história.[33] Ele indica que Badouin, Bodin e Patrizi defenderam, com efeito, a necessidade de combinar a leitura dos historiadores clássicos com a correção crítica dos seus textos, esta última a ser efetivada através da investigação complementar das diversas fontes textuais e materiais pertinentes.[34]

Entretanto, no fim das contas, a maneira como os tratadistas das *artes historicae* pensavam e falavam acerca da função da historiografia ainda permaneceu circunscrita à tradição da teoria exemplar da história. Para tais autores, a principal tarefa dos historiadores não era nem a pesquisa extensiva de fontes, nem o detalhamento dos fatos por elas evocados.[35] Dentro do regime de verdade pelo qual tais historiadores se orientavam, priorizava-se largamente o

32. Grafton, op. cit., p. 26, 68.

33. Grafton, op. cit., p. 231.

34. Grafton, op. cit., p. 94.

35. Gilbert, op. cit., p. 215-216.

efeito pragmático das histórias em detrimento do conhecimento factual do passado. Tome-se, por exemplo, o mais famoso dos tratados acerca da arte da história: o *Método para a fácil compreensão da história* (1566), de autoria de Jean Bodin. Bodin defende que o conhecimento histórico deve ser o produto da avaliação crítica das informações contidas em textos e fontes materiais. A leitura crítica das fontes, tal como recomendada por Bodin, materializar-se-ia, contudo, através de um sistema de anotações que cada leitor desenvolveria de maneira a organizar para si as citações extraídas da leitura dos clássicos. De acordo com ele, os eventos e ações relacionados com as citações deveriam ser então classificados sob categorias como "vergonhoso, honrado, útil e inútil".[36] As rubricas sugeridas por Bodin já revelam que a sua ideia era de que cada leitor elaborasse para si uma espécie de caderno pessoal de virtudes que seria ilustrado pela experiência do passado. Essa era uma ideia realmente fascinante, mas que, ao fim e ao cabo, ainda permanecia claramente dentro dos limites da teoria exemplar da história.[37]

O caso de Bodin mostra que historiadores e "teóricos" da história da Alta Idade Moderna não ignoravam os princípios do método crítico, tendo até mesmo seriamente tentado incorporá-los às suas narrativas e reflexões teóricas. Não obstante, o mesmo caso revela também que as prioridades de tais intelectuais se encontravam bastante distantes da produção de um conhecimento puramente factual.[38] É interessante lembrar ainda que, durante a Alta Idade

36. Grafton, op. cit., p. 214-217.

37. Nadel, op. cit., p. 310.

38. Muhlack, op. cit., p. 391.

Moderna, boa parte tanto das investigações críticas quanto das reflexões metodológicas surgiram em estreita conexão com pressupostos e finalidades de natureza exemplar.[39] Muitos dos humanistas que priorizavam a compilação de fontes e o estabelecimento de fatos históricos eram frequentemente considerados (e amiúde também se consideravam a si próprios) como meros executores de um trabalho secundário. Não raro, imbuía-os simplesmente o propósito de fornecer matéria-prima aos "verdadeiros historiadores" – aqueles que estariam em condição de enquadrar os fatos estabelecidos mediante pesquisa crítica numa narrativa emulada dos modelos clássicos, e carregada de ensinamentos políticos e/ou morais.[40] Além disso, mesmo que, com efeito, uma certa crítica à concepção pragmática de historiografia tenha surgido daqueles acadêmicos que se dedicaram à coleção, verificação e interpretação de fontes, deve-se recordar que tal atitude crítica tardaria a se tornar moeda corrente.[41]

De fato, a tradição da *ars historica* representou uma primeira tentativa de combinar sistematicamente o senso exemplar de história com as práticas de pesquisa inspiradas pelo método filológico. Nas décadas em torno de 1600, tal tentativa revelou-se relativamente bem-sucedida, tendo contribuído para despertar algum interesse geral por temas históricos, bem como para estimular uma certa institucionalização do ensino de história em escolas e universidades.[42] Contudo, tal onda de interesse não duraria muito, e seria logo

39. Reynolds, op. cit., p. 471.

40. Gilbert, op. cit., p. 223-226.

41. Butterfield, op. cit., p. 485.

42. Grafton, op. cit., p. 192-193.

suplantada por um renovado interesse pela política.[43] No decurso do século XVII, seguindo a nova moda, a historiografia política distanciou-se da tradição da *ars historica*, passando então a recorrer a teorias centradas na ideia de razão de Estado.[44] A retórica perdeu, assim, influência sobre a historiografia, cedendo lugar à política. Porém, os historiadores continuaram a justificar os seus trabalhos por meio da evocação dos velhos argumentos exemplares, os quais, a propósito, eram então tão adequados como outrora. Todos esses fatores concorreram para alargar o fosso entre as práticas de filólogos e arqueólogos, por um lado, e dos historiadores dos eventos políticos, por outro. Consequentemente, reforçou-se a divisão do trabalho entre autores de narrativas moralizantes (ou politizantes) e investigadores de fontes primárias.[45] Jean Le Clerc (1657-1736), na sua *Ars critica* (1697), definiu tal crise de maneira lapidar:

> Podem-se classificar em duas categorias aqueles que escreveram histórias baseadas em fontes antigas [...]. Os primeiros procuram, na medida do possível, obter a verdade, e examinam diligentemente o seu material, de tal maneira que, quando não lhes é possível produzir um determinado relato, optam por seguir a narrativa mais plausível. Os segundos não mostram muito interesse pela verdade, e preferem relatar o maior número possível de prodígios, uma vez que estes são mais suscetíveis de melhoramentos retóricos, fornecendo bom material para que se exercite o alto estilo.[46]

43. Grafton, op. cit., p. 231.

44. Reill, Peter Hanns. *The German Enlightenment and the Rise of Historicism*. Berkeley; Los Angeles; London: University of California Press, 1975. p. 10-11.

45. Muhlack, op. cit., p. 385.

46. Citado por: Grafton, op. cit., p. 8-9.

Jörn Rüsen uma vez argumentou que a tensão entre sentido e método – em outras palavras, entre retórica e crítica, forma e conteúdo, enfim, entre narratividade e objetividade – é tanto uma marca constitutiva na história do pensamento histórico quanto um problema ainda não resolvido.[47] Com efeito, no começo do século XVIII, uma conciliação entre esses extremos realmente parecia estar fora de questão.

Um novo conceito de história

O método filológico-crítico tornou disponíveis novas ferramentas para a análise das informações acerca do passado, mas o seu desenvolvimento deu-se ainda dentro do mesmo horizonte temporal que acomodava também a teoria exemplar da história.[48] Em última análise, os exemplos históricos tornaram-se obsoletos menos em razão da disposição crítica favorecida pelos novos métodos de pesquisa do que por causa de uma mudança geral nas estruturas condicionantes da experiência humana do tempo. Essa transformação foi o resultado de um complexo processo para o qual concorreram causas várias. Uma maneira de se aproximar de tal processo é através da análise da emergência do moderno conceito de história.

47. Rüsen, Jörn. Historische Methode als religiöser Sinn. Dialektische Bewegungen in der Neuzeit. In: *Geschichte im Kulturprozess*. Köln; Weimar; Wien: Böhlau, 2002. p. 9-41 (p. 24).

48. Grafton, op. cit., p. 31-32.

Uma das melhores explicações acerca do surgimento do conceito moderno de história é a proposta por Reinhart Koselleck. Ele postula que, antes da metade do século XVIII, o termo *história* ainda não possuía a conotação que lhe é hoje atribuída, a de um processo geral, abstrato e dinâmico, que conecta o passado ao futuro. Na verdade, na historiografia medieval e da Alta Idade Moderna, predominava o uso da forma plural *histórias*, o que confirma que nessas épocas somente era comum falar de histórias de objetos particulares – como na história da cidade de Hamburgo, ou na história da primeira cruzada, entre outras.[49] De acordo com Koselleck, esta situação semântica somente se alterou ao longo do século XVIII. Desde então, um novo conceito de história teria emergido, conquistando rapidamente a posição de termo chave nos discursos político e social (sobretudo na língua alemã, mas também em diversos outros idiomas ocidentais). Somente então – assinala Koselleck – é que *história* se tornou uma noção realmente abstrata e temporalizada, passando a abranger não só os relatos particulares acerca dos acontecimentos, mas também até mesmo "a condição de possibilidade de todas as histórias particulares".[50]

49. Koselleck, Reinhart. Die Herausbildung des modernen Geschichtsbegriffs. In: *Geschichtliche Grundbegriffe*: Historisches Lexikon zur politisch-sozialen Sprache in Deutschland, Band 2. Editado por Otto Brunner et al. Stuttgart: Klett-Cotta, 1979. p. 593-595, 647-717 (p. 647-658).

50. Koselleck, Reinhart. Die Herausbildung des modernen Geschichtsbegriffs. In: *Geschichtliche Grundbegriffe*: Historisches Lexikon zur politisch-sozialen Sprache in Deutschland, Band 2. Editado por Otto Brunner et al. Stuttgart: Klett-Cotta, 1979. p. 652.

O aparecimento dessa noção de história como um macroprocesso a transcorrer independentemente de todas as possíveis histórias particulares foi, portanto, crucial para a superação da teoria exemplar da história.[51] Koselleck afirma que o exercício de funções exemplares pelas histórias está associado à vigência de um tipo específico de concepção de tempo. Exemplos históricos somente fariam sentido no contexto de um horizonte temporal no qual as diferenças qualitativas entre passado, presente e futuro são antes negligenciadas que sublinhadas.[52] Exemplos devem ser trans-históricos, e isso implica que um feito pretérito considerado importante ou politicamente efetivo deve ser tomado como uma fonte imediata de inspiração, e que a diferença temporal entre o passado e o presente tende a ser desconsiderada. É óbvio que, na Alta Idade Moderna, os humanistas sóbrios se mantiveram conscientes de que, no fim das contas, os seus ídolos e anti-ídolos antigos eram homens de um tempo bastante distinto da época então contemporânea. Isso todavia não os impedia (os humanistas) de idealizar a antiguidade clássica como o cenário da fundação dos altos valores culturais e morais que o presente se deveria esforçar por atingir uma vez mais.

Koselleck argumenta que a era das revoluções políticas, sociais e econômicas decorrida por volta de 1800 estimulou a gênese de uma nova percepção de tempo, a qual se caracteriza pela experiência da mudança, pela abertura em direção ao futuro e pelo sentimento

51. Koselleck, Reinhart. *Vergangene Zukunft*: Zur Semantik geschichtlicher Zeiten. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2003a. p. 48, 58.

52. Koselleck, Reinhart. *Vergangene Zukunft*: Zur Semantik geschichtlicher Zeiten. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2003a. p. 40; Rüsen, op. cit., 1989, p. 45-49.

de aceleração do tempo.[53] Engels (1820-1895) e Marx (1818-1883) articularam precisamente esta nova percepção de tempo no seu famoso comentário de que, "na época burguesa", "tudo o que é sólido desmancha no ar".[54] Com essa formulação, os dois autores estavam enfatizando uma completa novidade do tempo em que viviam – e pelo menos com relação a esse ponto muitos dos seus colegas intelectuais filiados a outras correntes políticas não teriam problemas em concordar com eles. Com efeito, do final do século XVIII em diante, cresceu e espalhou-se a noção de que se vivia num tempo radicalmente novo. Isso impeliu importantes filósofos e historiadores a adotarem uma atitude inédita de temporalização em face do passado e do presente. Começou-se então a enfatizar a singularidade do presente e das épocas do passado; começou-se, enfim, a historicizar propriamente o passado e o presente. Em virtude da crescente tendência a temporalizar a relação com a experiência, o passado tornou-se cada vez menos diretamente relevante para o presente.[55]

O que, na virada para o século XIX, estava, destarte, em vias de desmoronar era não apenas o papel tradicional da historiografia enquanto *magistra vitae*, mas também o próprio regime temporal

53. Koselleck, Reinhart. *Vergangene Zukunft*: Zur Semantik geschichtlicher Zeiten. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2003a. p. 63-64, 338; Koselleck, Reinhart. *Zeitschichten*: Studien zur Historik. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2003b. p. 227-230.

54. Marx, Karl; Engels, Friedrich. *The Communist Manifesto*. Editado por Gareth Stedman Jones. London: Penguin Classics, 2002. p. 223.

55. Koselleck, Reinhart. *Vergangene Zukunft*: Zur Semantik geschichtlicher Zeiten. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2003a. p. 64-66.

dentro do qual tal papel fazia sentido. Um dos resultados diretos da emergência de um modo fundamentalmente novo de experimentar e representar o tempo foi o obsolescimento dos exemplos históricos. Para tal contribuiu, portanto, apenas parcial e complementarmente o estímulo geral para a objetivação do passado fornecido pelo método crítico. Decisivas para aquela transformação foram efetivamente as mudanças culturais, sociais, políticas e técnicas que inauguraram a modernidade ocidental, e que foram absorvidas e sintetizadas pelo moderno conceito de história.

Justificações igualmente modernas para a escrita da história não tardariam a surgir. A mais famosa delas seria a formulada por Leopold von Ranke (1795-1886). Ao introduzir a sua *História dos povos românicos e germânicos de 1494 a 1514* (1824), ele deixou claro que não considerava o passado como uma fonte de exemplos que deveriam ser apreendidos pelos historiadores para benefício das gerações futuras. A tarefa que Ranke se autoatribuiu foi a de "simplesmente mostrar como as coisas aconteceram" (*bloß sagen, wie es eigentlich gewesen*).[56] Para Ranke – um acadêmico que, não por acaso, dominava com maestria as técnicas de controle e gestão das informações das fontes (surgidas com o humanismo da Alta Idade Moderna) –, a historiografia consistia na apresentação de um conhecimento objetivo, produzido sobretudo através do procedimento da crítica das fontes, e desprovido de qualquer aplicação prática. Já durante a primeira metade do século XIX, muitos historiadores profissionais discordariam tanto do ideal epistemológico de objetividade quanto do conservadorismo político (implícito) na base da redefinição proposta por Ranke para os problemas da função cultural do conhecimento histórico e do papel social dos historiadores. Todavia, à semelhança de Ranke, quase todos eles admitiriam que o padrão de justificação da historiografia que se denominou aqui de *teoria exemplar da história* não deveria permanecer incólume.

56. Ranke, Leopold von. Vorwort zu den 'Geschichten der romanischen und germanischen Völker von 1494 bis 1535. In: *Über das Studium der Geschichte*. Editado por Wolfgang Hardtwig. München: DTV, [19--?]. p. 44-46 (p. 45).

História, verdade e tempo

Marlon Salomon (Org.)

Chapecó, 2011

Reitor: Odilon Luiz Poli
Vice-Reitora de Ensino, Pesquisa e Extensão: Maria Luiza de Souza Lajús
Vice-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento: Claudio Alcides Jacoski
Vice-Reitor de Administração: Sady Mazzioni

Diretor de Pesquisa e Pós-Graduação *Stricto Sensu*: Ricardo Rezer

901 História, verdade e tempo / Marlon Salomon (Org.) –
H673h Chapecó, SC : Argos, 2011.
374 p. (Grandes Temas ; 14)

Inclui bibliografia.
Contém artigos traduzidos.
ISBN: 978-85-7897-032-1

1. História. 2. Filosofia. I. Título.

CDD 901

Catalogação elaborada por Caroline Miotto CRB 14/1178
Biblioteca Central da Unochapecó

Av. Atílio Fontana, 591-E – Bairro Efapi – Chapecó (SC) – 89809-000 – Caixa Postal 1141
(49) 3321 8218 – argos@unochapeco.edu.br – www.unochapeco.edu.br/argos

Sumário